



MUNICÍPIO DE MUQUI

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

RELATÓRIO DE GESTÃO

Ao encerrarmos o exercício financeiro de 2023, apresentamos a Prestação de Contas Anual Consolidada do Município de Muqui/ES, e além dos demonstrativos exigidos pela Lei Federal nº. 4.320/64, que obrigatoriamente compõem esta prestação de contas, adicionalmente acrescentamos as seguintes informações:

A – DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS

Apresentamos aqui os limites constitucionais atingidos durante o exercício de 2023:

Discriminação	Percentual Mínimo Obrigatório	Valor Aplicado	Percentual Atingido
Despesas em ações e serviços públicos de saúde	15%	11.009.140,80	27,27 %
Despesas na manutenção e no desenvolvimento do ensino	25%	13.747.820,91	32,25%
Remuneração dos profissionais do magistério	70%	10.213.646,43	100,00%

Discriminação	Receita Tributária do Exercício Anterior	Limite Máximo para repasse – 7%	Valor Repassado
Transferências financeiras para o Poder Legislativo (duodécimo)	40.578.054,45	2.840.463,81	2.840.463,81

B – DOS LIMITES ESTABELECIDOS PELA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)

B.1 – DESPESA COM PESSOAL

Atingimos no exercício financeiro de 2023 o montante de **R\$ 28.690.217,48** de gastos totais com pessoal, o que corresponde a 48,66% da receita corrente líquida (RCL), portanto obdecido o limite máximo de 54% para o Poder Executivo Municipal.

Poder Executivo		
Despesa com Pessoal	Valor	% sobre RCL
Despesa Total com Pessoal – DTP	28.690.217,48	48,66%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	31.841.952,85	54,00 %
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	30.249.855,21	51,30 %
Limite de Alerta (inciso II, parágrafo 1º, art. 59 da LRF)	28.657.757,57	48,60 %
Receita Corrente Líquida – 2023		58.966.579,36

O Poder Legislativo Municipal atingiu o montante de **R\$ 1.585.135,10** de gastos com pessoal no exercício de 2023, o que corresponde a 2,69% da receita corrente líquida (RCL) do município, portanto dentro do limite máximo de 6% para o Legislativo Municipal



MUNICÍPIO DE MUQUI

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Poder Legislativo		
Despesa com Pessoal	Valor	% sobre RCL
Despesa Total com Pessoal – DTP	1.585.135,10	2,69 %
Limite Máximo (incisos III, alínea “a”, art. 20 da LRF)	3.537.994,76	6,00 %
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	3.361.095,02	5,70 %
Limite de Alerta (inciso II, parágrafo 1º, art. 59 da LRF)	3.184.195,29	5,40 %
Receita Corrente Líquida – 2022		58.966.579,36

Fonte: CIDADES/TCEES – 2º semestre de 2023 – Câmara Municipal de Muqui

A despesa total com pessoal do Município de Muqui, consolidando o Poder Executivo e Poder Legislativo atingiu o montante de **R\$ 30.275.352,58** no exercício de 2023, o que corresponde a 51,34% da receita corrente líquida (RCL), portanto dentro do limite máximo de 60% para o Município.

Município de Muqui - Consolidado		
Despesa com Pessoal	Valor	% sobre RCL
Despesa Total com Pessoal – DTP	30.275.352,58	51,34 %
Limite Máximo (incisos III, art. 19 da LRF)	35.379.947,62	60,00 %
Receita Corrente Líquida – 2023		58.966.579,36

B.2 – DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

O Município não precisou tomar providências para a recondução dos montantes da dívida consolidada líquida, pois está cumprindo o limite.

O Limite para a dívida do Município de Muqui é de **R\$ 71.946.210,43** quando atingimos **R\$ -16.493.199,99** da dívida consolidada líquida (DCL), portanto o município está dentro do limite estabelecido.

Discriminamos os percentuais atingidos para Dívida Consolidada (DC) e Dívida Consolidada Líquida (DCL):

Dívida Consolidada – DC	R\$ 9.532.151,28
Dívida Consolidada Líquida - DCL	R\$ -16.493.199,99
Receita Corrente Líquida – 2023 (ajustada)	R\$ 59.955.175,36
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	15,90
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-27,51
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	R\$ 71.946.210,43
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 108%	R\$ 64.751.589,39

O município não possui dívida mobiliária.



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

B.3 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Durante o exercício não foram contratadas operações de crédito.

O montante das operações de crédito do município considerado para fins de apuração do cumprimento do limite e sujeito ao limite para fins de novas contratações atingiu o valor de R\$ 0,00.

Equiparam-se a operações de crédito, mas não sujeitas ao limite para fins de contratação estão os parcelamentos existentes no município com o INSS, PASEP e parcelamento do FGTS e parcelamento IBAMA que totalizam R\$ 5.264.579,06.

Operações de Crédito do Município de Muqui - Consolidado		
Apuração do Cumprimento dos Limites	Valor	% sobre RCL
Receita Corrente Líquida (RCL) 2023 - ajustada	59.955.175,36	-
Operações equiparadas e vedadas – (LRF, art. 37)	-	-
Total considerado para fins da apuração do cumprimento do limite	0,00	-
Limite geral definido por resolução do Senado Federal para as operações de crédito internas e externas	9.592.828,06	16,00 %
Operações de crédito por Antecipação da Receita Orçamentária	-	-
Limite definido por resolução do Senado Federal para as operações de crédito por Antecipação da Receita Orçamentária	4.196.862,28	7,00 %
Total considerado para contratações de novas operações de crédito	5.264.579,06	8,78 %

B.4 – DA CONCESSÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS

Durante o exercício financeiro de 2023 não foram oferecidas garantias ou contragarantias de valores a terceiros pelo Município de Muqui.

B.5 – AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

O limite estabelecido pelo Senado Federal para amortização da dívida consolidada é de 11,50% da Receita Corrente Líquida, que é de **R\$ 6.894.845,16**. No decorrer do exercício de 2023 foram amortizados **R\$ 629.567,79** cumprindo assim o limite estabelecido.

B.6 – RESTOS A PAGAR

O montante inscrito em restos a pagar no encerramento do exercício ficou abaixo das disponibilidades financeiras:

Poder Executivo	
Disponibilidades financeiras no final do exercício:	R\$ 20.114.592,00
Inscrição em Restos a Pagar do Exercício (I):	R\$ 3.432.298,54
Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (II):	R\$ 836.009,15
Total Geral de Restos a Pagar em 31/12/2023 (I+II):	R\$ 4.268.307,69



MUNICÍPIO DE MUQUI

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Poder Legislativo	
Disponibilidades financeiras no final do exercício:	R\$ 512.723,07
Inscrição em Restos a Pagar do Exercício (I):	R\$ 512.723,07
Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (II):	R\$ 0,00
Total Geral de Restos a Pagar em 31/12/2023 (I + II):	R\$ 512.723,07

Município de Muqui – Consolidado	
Disponibilidades financeiras no final do exercício:	R\$ 20.627.315,07
Inscrição em Restos a Pagar do Exercício (I):	R\$ 3.945.021,61
Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (II):	R\$ 836.009,15
Total Geral de Restos a Pagar em 31/12/2023 (I + II):	R\$ 4.781.030,76

C – DO RETORNO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL

Ao final do exercício de 2023 o Município de Muqui (consolidado) atingiu o percentual de 51,34% para despesas totais com pessoal, quando o limite máximo é de 60,00%, Os percentuais atingidos pelo Poder Executivo e Poder Legislativo foram 48,66% e 2,69% respectivamente durante o ano de 2023, portanto dentro dos limites legais e sem a necessidade de recondução ao limite máximo no ano de 2024.

D – DAS METAS ESTABELECIDAS NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)

O Município de Muqui ao encerrar este exercício financeiro, vêm comparar as metas previstas e estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023, com as metas alcançadas e apuradas no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do sexto bimestre de 2023:

Descrição	Meta Prevista – R\$	Apurado – R\$
Receita Total	52.700.000,00	68.619.988,54
Despesa Total	52.700.000,00	66.416.811,93
Resultado Primário	222.000,00	1.411.464,95
Resultado Nominal	600.000,00	2.845.670,06
Dívida Pública Consolidada (DC)	8.868.000,00	9.532.151,28
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	368.000,00	-16.493.199,99

Nota: os valores previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2023 foram: para Receita Total R\$ 55.000.000,00 e Despesa Total R\$ 55.000.000,00.

E – DA RENÚNCIA DE RECEITAS

Conforme previsto na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) do Município de Muqui para o exercício financeiro de 2023 havia previsão nos exercícios de 2023, 2024 e 2025 para renúncia de receitas. Durante o exercício de 2023 houve a renúncia de receitas no montante de R\$ 117.388,96 relativo a mecanismos previstos na lei municipal 809/2020 (código tributário municipal), as espécies de tributos renunciados foram:



MUNICÍPIO DE MUQUI

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ESPÉCIE TRIBUTÁRIA	DISPOSITIVO LEGAL	MODALIDADE	SETOR/ PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA PREVISTA NO ANEXO DE METAS FISCAIS (ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITAS - LDO	RENÚNCIA EXECUTADA	COMPENSAÇÃO
Taxa	Lei 809/2020 (CTM) Art. 274 e Art. 275	Isenção	Lei 809/2020 (CTM) Art. 274 TLLF(Taxa de Licença para Localização e Funcionamento), contribuintes do MEI	49.666,64	R\$ 37.727,26	CTN - ART.156, II - Extinção de Crédito Tributário previsto na LDO, Lei Complementar 2151, de 22/06/2020 - Anterior à LRF, redução de desconto, aumento da receita tributária própria do exercício corrente e diminuição de inscrição de débitos na dívida.
IPTU	Lei 809/2020 (CTM) Art. 197 § Único	Desconto em cota única para pagamento á vista.	LEI 809/2020 (CTM), Art 197 - Contribuintes que efetuaram o pagamento em parcela única.	108.856,60	R\$ 79.661,70	

F – DA COMPENSAÇÃO PARA A RENÚNCIA DE RECEITAS

Para a compensação da renúncia executada no montante de R\$ 117.388,96, houve também um crescimento na arrecadação tributária própria de 2023 em relação ao ano de 2022 da ordem de 42,07% e a arrecadação municipal geral em 2023, cresceu 6,37% em relação ao ano de 2022.

G – DA EXECUÇÃO DO PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

Os programas previstos no Plano Plurianual do período 2022-2025 e na LDO de 2023 que foram executados no decorrer da execução orçamentária de 2023 atingiram a proporção de 120,76% dos valores previstos inicialmente e foram assim distribuídos para o **Município de Muqui**:

Código	Nome do Programa do PPA 2022-2025	Recursos Previstos em 2023	% Previsto	Recursos Aplicados em 2023	% Aplicado	Previsto x Aplicado
0000	ENCARGOS ESPECIAIS	R\$1.251.000,00	2,27	R\$1.341.012,40	2,02	107,20
0001	ATUAÇÃO LEGISLATIVA	R\$3.000.000,00	5,45	R\$2.516.652,70	3,79	83,89
0002	APOIO GOVERNAMENTAL	R\$3.569.114,55	6,49	R\$5.788.759,98	8,72	162,19
0003	PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E RESERVAÇÃO DE ÁGUA	R\$714.562,08	1,30	R\$364.448,87	0,55	51,00
0004	ESPORTE E LAZER PARA TODOS	R\$597.404,24	1,09	R\$591.878,11	0,89	99,07
0005	INFRAESTRUTURA RURAL PRODUTIVA E SUSTENTÁVEL	R\$726.500,00	1,32	R\$2.700,00	0,00	0,37



MUNICÍPIO DE MUQUI

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

0006	FORTELECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	R\$1.963.500,00	3,57	R\$2.445.209,72	3,68	124,53
0007	PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	R\$1.916.500,00	3,48	R\$1.108.158,28	1,67	57,82
0008	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	R\$88.000,00	0,16	R\$0,00	0,00	0,00
0009	REESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$711.000,00	1,29	R\$1.157.286,58	1,74	162,77
0010	REESTRUTURAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	R\$750.000,00	1,36	R\$520.354,97	0,78	69,38
0011	ESTRUTURAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	R\$550.000,00	1,00	R\$1.476.056,84	2,22	268,37
0012	PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	R\$214.500,00	0,39	R\$154.748,99	0,23	72,14
0013	EDUCAÇÃO CONSTRUINDO O FUTURO	R\$16.340.550,00	29,71	R\$22.076.063,83	33,24	135,10
0014	SERVIÇOS PÚBLICOS	R\$4.544.500,00	8,26	R\$5.619.438,98	8,46	123,65
0015	INFRAESTRUTURA PÚBLICA	R\$1.475.809,13	2,68	R\$1.970.082,24	2,97	133,49
0016	GESTÃO DO SUS	R\$1.279.500,00	2,33	R\$2.062.957,35	3,11	161,23
0017	ATENÇÃO PRIMÁRIA	R\$7.009.346,11	12,74	R\$7.099.430,26	10,69	101,29
0018	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	R\$7.197.713,89	13,09	R\$9.088.707,68	13,68	126,27
0019	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	R\$366.500,00	0,67	R\$347.935,46	0,52	94,93
0020	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	R\$682.500,00	1,24	R\$684.928,69	1,03	100,36
0021	ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CORONAVÍRUS - COVID 19	R\$1.500,00	0,00	R\$0,00	0,00	0,00
9999	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	R\$50.000,00	0,09	R\$0,00	0,00	0,00
Totais		R\$55.000.000,00	100	R\$66.416.811,93	100	120,76

H – DO CONTROLE DE PRECATÓRIOS

Com a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, que “Altera o art. 100 da Constituição Federal e acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pelos Estados, Distrito Federal e Municípios”, o Município de Muqui adotou o regime especial para pagamento dos precatórios devidos pela municipalidade. Inicialmente a adoção foi pelo regime especial com o pagamento mensal equivalente a 1% da receita corrente líquida (RCL) do município o que levaria uma previsão inicial de 22 anos para pagamentos dos precatórios já encaminhados ao município. Atualmente o Município adotou o pagamento dos precatórios ainda com o regime especial, mas com uma redução para 15 anos de pagamentos, conforme informação da Central de Conciliação de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (CEPRES), relativo ao processo administrativo TJES nº 201.001.268.768.



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Desde a adoção do regime especial de pagamento de precatórios, por parte do Município de Muqui, a Prefeitura Municipal já transferiu a título de depósito judicial para pagamento de precatórios o montante de R\$ 8.201.284,05 até 31 de dezembro de 2023.

Entretanto, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), até o dia 31 de dezembro de 2023 não havia informado formalmente o Município sobre quais precatórios foram quitados e os seus detalhamentos para que o Município efetuasse a baixa dos valores no estoque de precatórios.

Assim os precatórios a pagar foram movimentados no exercício de 2023, apenas para inscrição de novos precatórios e para atualização do estoque já existente, não houve baixa no exercício.

A relação dos precatórios quitados foi solicitada ao TRF-2ª, TJES e TRT-17ª através dos ofícios PMM 159/2015, PMM 160/2015 e PMM 161/2015.

Anteriormente o Município de Muqui, já havia solicitado aos tribunais a relação dos precatórios quitados foram solicitados ao TJES e TRT-17ª através dos ofícios PMM 263/2014 e PMM 264/2014, entretanto o gestor dos precatórios (TJES) não forneceu as informações requeridas.

Dessa forma, a fim de garantir a transparência da aplicação dos recursos municipais, a Secretaria Municipal de Finanças, vem registrando em sua contabilidade os depósitos judiciais em favor do TJES nas contas do Ativo Circulante, como Conta Especial – Precatórios, no qual os valores só serão baixados como direito do Município assim que o TJES informar quais precatórios foram quitados e seus respectivos valores.

Atualmente o estoque de precatórios inscritos no Balanço Geral de 2023 do Município totaliza o montante de R\$ 10.869.224,82.

I – DOS GASTOS COM PUBLICIDADE

Durante o exercício financeiro de 2023 o montante de gastos com publicidade (divulgação de material institucional) dos órgãos do Poder Executivo Municipal atingiu o valor de R\$ 60.351,26 representando o percentual de 0,09% (zero virgula, zero nove por cento) do total das despesas empenhadas durante o ano de 2023.

J – DA RECUPERAÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS

Apesar da receita própria municipal (IPTU, IRRF, ITBI, ISS, Taxas, Multas e Juros dos Tributos, Receita da Dívida Ativa e Multas e Juros da Dívida Ativa dos Tributos) representar anualmente em média 5% de toda a arrecadação municipal, a Procuradoria Geral do Município, atua estrategicamente e operacionalmente junto ao Setor de Tributário de Muqui atendendo as suas demandas, a fim de respaldar na legalidade as ações realizadas pelo fisco Municipal nas suas atividades de fiscalização e arrecadações tributárias próprias, evitando assim a evasão das divisas municipais.



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Durante o exercício financeiro de 2015 a Procuradoria Municipal, enviou para cartório a relação de devedores da dívida para protesto dos títulos, os títulos que não obtiveram êxito nos protestos, foram encaminhados para a justiça a fim de proceder a cobrança.

As execuções judiciais iniciaram em janeiro de 2016, no final do exercício de 2016 o total de ajuizamentos feitos na comarca de Muqui alcançaram o valor total de R\$ 658.562,31.

Nos exercícios posteriores, outros ajuizamentos e protestos de títulos foram realizados pelo Município de Muqui.

Em 2017 a arrecadação com receita da dívida ativa incluindo multas e juros totalizaram R\$ 185.530,75.

Em 2018 a arrecadação com receita da dívida ativa incluindo multas e juros totalizaram R\$ 92.979,11.

Em 2019 a arrecadação com receita da dívida ativa incluindo multas e juros totalizaram R\$ 173.209,71.

Em 2020 a arrecadação com receita da dívida ativa incluindo multa e juros totalizaram R\$ 403.548,49.

Em 2021 a arrecadação com receita da dívida ativa incluindo multa e juros totalizaram R\$ 262.386,69.

Em 2022 a arrecadação com receita da dívida ativa incluindo multa e juros totalizaram R\$ 164.705,13.

Em 2023 a arrecadação com receita da dívida ativa incluindo multa e juros totalizaram R\$ 103.030,00

K – DAS RECOMENDAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Para assegurarmos uma boa gestão dos recursos públicos estamos sempre observando os princípios da Administração Pública: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, assim as recomendações determinadas pelo órgão de controle externo (TCEES) estão sempre que for o caso sendo observadas, conforme os pareceres prévios e notificações, bem como das orientações da Controladoria Municipal.

L – DA ARRECADAÇÃO MUNICIPAL

No decorrer do exercício financeiro de 2023 a arrecadação municipal atingiu o montante de **R\$ 68.619.988,54** representando um aumento em relação ao exercício anterior da ordem de **6,37 %** (seis, virgula trinta e sete por cento).



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

A receita total arrecadada possui a seguinte composição no exercício de 2023:

Discriminação	Valor	Participação percentual %
Receitas Tributárias	4.081.555,87	5,95
Receitas de Contribuições	676.991,27	0,99
Receita Patrimonial	1.504.709,23	2,19
Receita de Serviços	18.750,00	0,03
Transferências Correntes	55.941.966,54	81,52
Outras Receitas Correntes	378.627,89	0,55
Alienação de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	6.017.387,74	8,77
Total da Receita Arrecadada	68.619.988,54	100,00

Nota: Receita já deduzido o Fundeb

Foram adotadas medidas visando à intensificação da fiscalização in loco aos contribuintes do Imposto sobre Serviços (ISS), além da concessão de autorização para emissão de blocos de notas fiscais de prestação de serviços, com validade de 24 meses.

Preocupados com a manutenção da arrecadação do Imposto sobre Serviços (ISSQN), foi sancionada a Lei Municipal nº 536/2013 que institui no Município de Muqui, a retenção na fonte do ISSQN para as pessoas físicas e jurídicas que prestarem serviços a Municipalidade.

Além disso, foram firmados convênios com as instituições bancárias para recebimento dos tributos municipais e implantação de sistema informatizado para a emissão, cálculo e cobrança dos tributos municipais.

No mês de novembro de 2017 foi sancionada a lei municipal nº 729 de 10/11/2017 que “Institui a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica NFS-E e dá Outras Providências”, com o objetivo de registrar as operações de prestação de serviços, com autorização de uso fornecida pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

No exercício de 2020, através da Lei Municipal 809/2020 atualizou-se o Código Tributário Municipal, visando melhores práticas e segurança jurídica na operações tributárias do município.

M – DA POLÍTICA DE RECUPERAÇÃO DOS CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA

Durante o exercício financeiro de 2015 a Procuradoria Municipal, enviou para cartório a relação de devedores da dívida para protesto dos títulos, os títulos que não obtiveram êxito nos protestos, foram encaminhados para a justiça a fim de proceder a cobrança.

As execuções judiciais iniciaram em janeiro de 2016, no final do exercício de 2016 o total de ajuizamentos feitos na comarca de Muqui alcançaram o valor total de R\$ 658.562,31.



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Nos exercícios posteriores, outros ajuizamentos e protestos de títulos foram realizados pelo Município de Muqui.

Em 2020 a arrecadação com receita da dívida ativa incluindo multa e juros totalizaram R\$ 403.548,49.

Ao final do exercício financeiro de 2023, o valor do estoque de dívida ativa representa o valor de R\$ 11.750.206,10, contudo o valor disponível para o município conforme o histórico de recebimento médio é de R\$ 358.381,29.

Mediante, o histórico de recebimento e disponibilidade dos valores inscritos em dívida ativa, provisionamos o valor de R\$ 11.391.824,81 em Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo e Ajuste de Perdas de Dívida Ativa.

Os valores de dívida ativa a receber e a provisão para perdas estão representadas nas seguintes contas contábeis no exercício financeiro de 2023 do Município de Muqui/ES.

Código	Conta Contábil	Valor
112500000000	Dívida Ativa Tributária – Curto Prazo	R\$ 138.151,44
112600000000	Dívida Ativa Não Tributária – Curto Prazo	R\$ 31.848,76
112900000000	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	R\$ 33.000,20
121100000000	Dívida Ativa dos Impostos e Taxas – Longo Prazo	R\$ 9.073.116,33
121100000000	Dívida Ativa Não Tributária – Longo Prazo	R\$ 2.507.089,57
121100000000	(-) Ajuste de Perdas de Dívida Ativa	R\$ 11.358.824,61

N – DA PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DO MUNICÍPIO

O Município de Muqui não possui participação acionária em empresas públicas e sociedades de economia mista até a presente data.

Muqui-ES, 27 de março de 2024.

Hélio Carlos Ribeiro Candido
Prefeito Municipal de Muqui